

EQUATORIAL SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 09.347229/0001-71

concluíram que não há indícios de perda do valor recuperável (impairment) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.11 Provisões.** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja maior do que o custo, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de provisão quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. (a) **Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas.** As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em assuntos ou decisões de tribunais. (b) **Perdas esperadas para redução do valor recuperável de contas a receber.** A controlada Equatorial Telecomunicações adota o modelo de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* das contas a receber através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco quanto ao não recebimento dos valores recebíveis de acordo com suas faixas de risco. As alterações são feitas quando há mudança de risco, estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **3.13 Principais mudanças nas políticas contábeis.**

3.13.1 Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. (a) **Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Retorno da Taxa de Referência.** As alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Retorno da Taxa de Referência alteram a forma de mensuração de ativos e passivos decorrentes de operações de proteção direta afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. (b) **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.** A alteração prevê concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados com a consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. **3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas.** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alterações, se cabível, quando entrarem em vigor. (a) **Contratos Onerosos - custos para cumprir contratos.** A alteração no CPC 25A (R1) estabelece as regras para especificar quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido com um ajuste do custo de aquisição e do custo de aquisição ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são representados. (b) **IFRS 17 - Contratos de seguro.** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A alteração no CPC 11 (R1) substitui o CPC 50 substituído a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Essa norma não se aplica à Companhia e suas controladas. (c) **Classificação de passivos como circulante ou não circulante.** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • Que o passivo é derivado de uma obrigação de liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que esse direito de postergar não é afetado pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergar; e • Que somente o derivativo emitido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os efeitos de empréstimo existentes podem exigir renovação. (d) **Alterações no IAS 1 - IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Material Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao usuário do requerimento para divulgação de políticas contábeis. As alterações não afetam as políticas contábeis aplicadas pelas guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao IAS 1 são aplicadas a partir de 2023, não são obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis. A adoção antecipada da alteração não é necessária. A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. (e) **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. (f) **Outros normativos ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas: • **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • **Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 8);** • **Impacto de mudança de valor e de ajustes e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12);** e • **Melhorias anuais para normas IFRS - 2019-2020.**

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundo de investimento (Exclusivo)	4.931	8.120	7079	8.556
Certificado de Depósito Bancário - CDB	227	748	39.039	48.472
Cotas de fundos de investimentos	227	3.085	621	3.085
Total	5.155	11.953	46.739	60.113

(a) Referem-se a Fundos de Investimentos, Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificantes variações de valor e não são passivos ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do PL. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 95,02% do CDI (86,65% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundos de investimentos (Exclusivo)	27.369	39.894	48.567	46.618
Cotas de fundos de investimento	27.369	39.894	48.567	46.618
Total	54.738	79.788	97.134	93.236

Os Fundos de Investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade tais como: títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, sujeitos a relevante risco de mudança de valor e não são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrado pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação na rentabilidade, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do PL. Logo, a Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, conforme CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 101,80% do CDI (84,80% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços prestados	9.040	11.727	12.709	14.313
Venda de energia	-	-	27.227	30.244
Venda de seguros	1.181	1.436	1.181	1.436
Venda de mercadorias	-	-	4.939	-
Marcação a mercado (a)	-	-	110.438	142.974
Total	10.221	13.163	156.494	188.967

(a) Montante refere-se às transações de compra e venda de energia no Mercado Livre de Energia da controlada Soleneias Comercializadora de Energia S.A. e Hélios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.

7. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante	-	-	256	256
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	7.274	3.367	7.635	3.630
PIS e COFINS a compensar	2.479	2.060	2.706	2.196
INSS a recuperar	12	12	131	262
Outros	9.765	5.439	10.728	6.344

Total circulante 19.530 10.878 21.236 14.748
 não circulante 404 159 1.463 576
 ICMS a recuperar (CIAP) (a) 404 159 1.463 576
 Total não circulante 808 318 2.926 1.152
 Total 19.738 11.196 24.162 15.900

(a) A Companhia e sua controlada Equatorial Telecomunicações possuem impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo imobilizado, apropriados à proporção de 1/48 avos.

8. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas possuem movimentações com partes relacionadas, principalmente, dos contratos de serviços, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Efeito no resultado	-	-	-	-
receita (despesa)	-	-	-	-

Empresas Notas Ativo (passivo) Ativo (passivo)
Contas a receber Notas (passivo) Ativo (passivo) Ativo (passivo)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico Notas (passivo) Ativo (passivo) Ativo (passivo)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (a) 626 24.735 5.771 79.902
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (a) 2.318 8.403 935 5.783
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (a) 4.045 24.375 3.907 6.542
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (a) 1 8.994 - 6.470
 Total 6.990 66.507 10.613 98.697

Outros créditos a receber Notas (passivo) Ativo (passivo) Ativo (passivo)
Controladas diretas Notas (passivo) Ativo (passivo) Ativo (passivo)
Equatorial Telecomunicações S.A. 60 - 90 -
Equatorial Geração Distribuída S.A. 14 - - -
Entidade é membro do mesmo grupo econômico Notas (passivo) Ativo (passivo) Ativo (passivo)
Equatorial Transmissão S.A. - - 10 -
 Total 74 - 100 -

Outras contas a pagar Notas (passivo) Ativo (passivo) Ativo (passivo)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico Notas (passivo) Ativo (passivo) Ativo (passivo)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (2.072) - (2.072) (2.559)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (2.072) - (2.072) (2.559)
 Total (4.144) - (4.144) (5.118)

Dividendos a pagar Notas (passivo) Ativo (passivo) Ativo (passivo)
Controladora (894) - (19.324) -
Equatorial Energia S.A. (894) - (19.324) -
 Total (1.788) - (38.648) -

9.1 Movimentação dos investimentos em controladas

	2020		2019	
	Integralização/Aumento de capital	Dividendos	Integralização de capital	Dividendos
Controladas				
Soleneias Comercializadora de Energia S.A.	60.672	47.270	31.426	(10.199)
Equatorial Telecomunicações S.A.	19.816	-	13.383	(49)
Equatorial Geração Distribuída SPE S.A.	10	17.900	-	10
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	-	50	-	315
 Total	80.498	65.170	44.809	10.125

Controladas 2019 Integralização de capital Dividendos Resultado da equivalência patrimonial Stock options 2020
Soleneias Comercializadora de Energia S.A. 31.426 - (10.199) 39.445 - 60.672
Equatorial Telecomunicações S.A. 13.383 - (49) 6.477 5 19.816
Equatorial Geração Distribuída SPE S.A. - 10 - - - 10
 Total 44.809 10 (10.248) 45.922 5 80.498

9.2 Informações das controladas. A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas individualmente.

	Balanço Patrimonial		Resultado em 31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Receitas/Recursos operacionais	Resultado financeiro
Saldo em 31/12/2021				
Soleneias Comercializadora de Energia S.A.	100,00%	83.936	27.798	92.875
Equatorial Telecomunicações S.A.	100,00%	25.677	5.697	17.933
Equatorial Geração Distribuída SPE S.A.	100,00%	317	3.717	21.593
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	100,00%	969	496	-
 Total	110.899	37.708	132.401	64.650

Saldo em 31/12/2020 51,00% 103.333 51.690 127.532 61.275 117.900 416.684 131.718 (9.626) 3.180 (42.899) 82.373
Equatorial Telecomunicações S.A. 100,00% 11.293 4.871 12.230 - 18.652 19.639 12.467 (4.982) 137 (1.145) 6.477
Equatorial Geração Distribuída SPE S.A. 100,00% 10 - - - 10 - - - 3.317 (44.044) 88.550

9.3 Conciliação dos investimentos

	2021		2020	
	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial
Controladas				
Soleneias Comercializadora de Energia S.A.	100,00%	104.543	(8.320)	(4.287)
Equatorial Telecomunicações S.A.	100,00%	17.734	(2.042)	(2.042)
Equatorial Geração Distribuída SPE S.A.	100,00%	18.193	371	371
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	100,00%	473	561	561
 Total	100,00%	140.943	(10.030)	(5.397)

Controladas 2020 Participação no capital Patrimônio da controlada Resultado do exercício Equivalência patrimonial Valor do investimento Intangível de concessão Total do investimento
Soleneias Comercializadora de Energia S.A. 51,00% 103.333 51.690 127.532 61.275 117.900 416.684 131.718 (9.626) 3.180 (42.899) 82.373
Equatorial Telecomunicações S.A. 100,00% 11.293 4.871 12.230 - 18.652 19.639 12.467 (4.982) 137 (1.145) 6.477
Equatorial Geração Distribuída SPE S.A. 100,00% 10 - - - 10 - - - 3.317 (44.044) 88.550

10. Imobilizado (Consolidado):

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 é apresentada da seguinte forma:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado				
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.249	(771)	478	20
Máquinas e equipamentos	2.399	(688)	1.711	535
Móveis e utensílios	379	(282)	97	103
Veículos	321	(74)	247	-
Equipamentos de processamento de dados	610	(243)	367	65
Imobilizado em andamento	29.203	-	29.203	14.066
 Total	34.161	(2.058)	32.103	14.789

10.1 Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 31/12/2020		Aquisição (a)		Baixas		Saldo em 31/12/2021	
	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo
Edificações, obras civis e benfeitorias								
Edificações, obras civis e benfeitorias	738	522	-	(11)	-	-	1.249	2.399
Máquinas e equipamentos	929	64	1.406	-	-	-	2.399	331
Móveis e utensílios	331	172	31	(155)	-	-	379	73
Veículos	73	262	59	(73)	-	-	321	-
Equipamentos de processamento de dados	260	44	306	-	-	-	610	-
Imobilizado em andamento	14.066	-	15.748	(611)	-	-	29.203	-
 Total do custo de imobilizado	16.397	1.064	17.550	(850)	34.161	-	34.161	-

12. Empréstimos e financiamentos (Consolidado):

12.1 Composição do saldo

	2021		2020	
	Principal e encargos	Custo da dívida	Principal e encargos	Custo da dívida
Moeda estrangeira (USD) Garantias				
Banco Bradesco Bêni	6,21%	4	19.502	19.506
 Total moeda estrangeira	6,21%	4	19.502	19.506
Moeda nacional				
Banco do Nordeste do Brasil S.A. Aval	-	83	341	424
 Total moeda nacional	11,35%	83	341	424
 Total		87	19.843	19.930

12.2 Cronograma de amortização da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	2021		2022	
	Valor	%	Valor	%
Circulante				
2023	87	1%	-	-
2024	29	0%	-	-
2025	19.531	98%	-	-
Após 2025	254	1%	-	-
 Não circulante				
202				

EQUATORIAL SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 09.347.229/0001-71

(a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco. Desta forma, para as respectivas datas de entrega ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial Energia S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Equatorial Energia como expectativa futura. (b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado. O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no período. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2020 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos. (c) Forma de determinação da volatilidade esperada. Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Companhia:	Valor justo ponderado de preço de opção		Número de opções	
	2021	2020	2021	2020
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	250.000	24,78	250.000	20,10
Outorgadas durante o exercício	250.000	24,78	250.000	20,10
Existentes no fim do exercício	500.000	21,47	500.000	21,47

A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 456 (R\$ 862 em 31 de dezembro de 2020) para a Companhia, e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base.

Companhia e suas controladas:

Companhia e suas controladas:	Valor justo ponderado de preço de opção		Número de opções	
	2021	2020	2021	2020
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	280.000	24,78	280.000	20,10
Outorgadas durante o exercício	280.000	24,78	280.000	20,10
Existentes no fim do exercício	560.000	21,47	560.000	21,47

Companhia e suas controladas:

Em opções

Companhia e suas controladas:	Valor justo ponderado de preço de opção		Número de opções	
	2021	2020	2021	2020
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	280.000	24,78	280.000	20,10
Outorgadas durante o exercício	280.000	24,78	280.000	20,10
Existentes no fim do exercício	560.000	21,47	560.000	21,47

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 561 (R\$ 867 em 31 de dezembro de 2020) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base. Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento patrimonial, visto que a Companhia e suas controladas devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido, conforme CPC 10 (R1). 175.2 Plano de outorga de "Phantom Shares". Em 1º de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar a remuneração dos executivos da Companhia e dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar no longo prazo na valorização e potencial de crescimento da Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia e suas subsidiárias adquirir direitos a "Phantom Shares", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "Phantom Shares" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das "Phantom Shares" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das Metas de Performance pela Companhia. O Preço das "Phantom Shares" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial Energia S.A. ponderada das métricas de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026. Os recursos a serem entregues pela Equatorial Energia S.A. (Controladora da Equatorial Serviços) aos participantes do Programa serão oriundos do caixa das Companhias. (a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco. O Preço das "Phantom Shares" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026. (b) Forma de cálculo da despesa do programa. O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício social de 2020, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração das métricas de performance definidas, a Companhia fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de performance forem atingidas:

Companhia e suas controladas:	Valor justo ponderado de preço de opção		Número de opções	
	2021	2020	2021	2020
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	500.000	21,47	500.000	21,47
Outorgadas durante o exercício	500.000	21,47	500.000	21,47
Existentes no fim do exercício	1.000.000	21,47	1.000.000	21,47

A despesa reconhecida para o plano de "Phantom shares" na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 409 (R\$ 207 em 31 de dezembro de 2020). As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%. Ressalta-se que este plano é classificado como instrumento financeiro passivo líquido em caixa. Na prática não estão relacionados à volatilidade das ações da Companhia (EQU13). 18. Receita operacional líquida: A conciliação da receita operacional líquida está conforme a seguir demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Comercialização de energia elétrica				
Serviços prestados	94.049	194.755	327.641	334.868
Realização futura de contratos de energia elétrica			(32.535)	121.402
Outras receitas	1.054	300	18.317	591
Receita operacional bruta	95.103	195.055	434.813	676.299
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(71)		(3.770)	(3.099)
PIS e COFINS	(3.582)	(18.043)	(33.004)	(61.562)
ISS	(3.371)	(8.342)	(8.304)	(8.617)
Outros	(3.883)	(8.601)	(4.102)	(8.836)
Deduções da receita operacional	(10.907)	(34.986)	(44.680)	(82.114)
Receita operacional líquida	84.196	160.069	390.133	594.185

19. Custos dos serviços e energia elétrica e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(27.445)	(82.500)	(33.457)	(82.517)
Materiais	(689)	(4.204)	(13.862)	(4.204)
Serviços de terceiros	(977)	(3.253)	(2.796)	(3.253)
Energia elétrica comprada para revenda			(279.023)	(292.765)
Arrendamentos e alugueis	(670)	(8.669)	(975)	(8.669)
Outros	(1.500)	(910)	(8.500)	(6.709)
Custos dos serviços e energia elétrica	(31.461)	(99.536)	(338.613)	(398.117)
Pessoal	(13.081)	(7924)	(19.934)	(16.102)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Materiais	(196)	(742)	(748)	(950)
Serviços de terceiros	(2.865)	(2.989)	(2.022)	(5.479)
Depreciação e amortização	(892)	(41)	(1.080)	(192)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(452)	(493)	(509)	(508)
Arrendamentos e alugueis	(352)	(324)	(464)	(576)
Outros	(91)	14	(181)	(121)
Despesas administrativas	(17.930)	(12.509)	(29.938)	(23.928)
Provisão para redução do valor recuperável do contas a receber			5	(23)
Provisão para redução do valor recuperável do contas a receber			5	(23)
Total	(49.391)	(112.045)	(68.546)	(422.068)

20. Instrumentos financeiros: 20.1 Considerações gerais. A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos instrumentos financeiros, que incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e fornecedores, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessários. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando a remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger as variações de taxas de juros. 20.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros. Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de liquidez corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. (f) Mensuração do valor justo. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram justificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Con-tábil	Mer-cado	Con-tábil	Mer-cado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	4.931	4.931	8.120	8.120
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de Investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	227	227	3.833	3.833
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	27.369	27.369	39.894	39.894
Contas a receber de clientes	2	Custo amortizado	10.221	10.221	13.163	13.163
Total do ativo			42.748	42.748	65.010	65.010

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Con-tábil	Mer-cado	Con-tábil	Mer-cado
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.044	5.044	233	233
Total do passivo			5.044	5.044	233	233

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Con-tábil	Mer-cado	Con-tábil	Mer-cado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	7.079	7.079	8.556	8.556
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de Investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	39.660	39.660	51.557	51.557
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	48.567	48.567	46.618	46.618
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	156.494	156.494	188.967	188.967
Total do ativo			251.800	251.800	295.698	295.698

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Con-tábil	Mer-cado	Con-tábil	Mer-cado
Fornecedores	-	Custo amortizado	33.598	33.598	27.308	27.308
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	19.930	19.930		
Total do passivo			53.528	53.528	27.308	27.308

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Aplicações financeiras (ativo circulante) - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos em que os vencimentos se limitam a doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI; Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas e são classificados como custo amortizado; Empréstimos e financiamentos - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos das controladas da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). 20.3 Instrumentos financeiros derivativos. A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é fazer hedge de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando swaps de fluxo de caixa em que na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como hedge de fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de hedge e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de hedge. O método utilizado é o Critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de hedge, em relação a prazos, amortizações, notional contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%. Equatorial Telecomunicações. Em 28 de dezembro de 2021, ocorreu a liberação do empréstimo em moeda estrangeira junto ao Bocom no valor de US\$ 3.494, equivalente a R\$ 20.000, com juros semestrais e amortização em 29 de junho de 2026 e 28 de dezembro de 2026. A captação tem custo à taxa de libor + 1,76% a.a. + I.R. (objeto de hedge), e tem um contrato de swap contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de hedge). Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do Bocom era R\$ 19.506 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da controlada, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas	Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020
Bocom	US\$ - Libor + 2,07% a.a.	US\$ - Libor + 2,07% a.a.	19.357	-
Ponta ativa	CDI + 1,71% a.a.	CDI + 1,71% a.a.	(20.024)	-
Ponta passiva			(667)	-
Total			-	-
Líquido circulante			(667)	-
Líquido não circulante			(667)	-
Total			(667)	-
			Valor contábil 31/12/2021	

Risco Cambial	Valor Nominal	Ativo		Passivo
Contrato de SWAP Hedge para empréstimos em moeda estrangeira	20.000	-	667	-

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos Itens de Outros Resultados Abrangentes - OFA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de hedge de fluxo de caixa:

Hedge de fluxo de caixa	Reserva de Hedge	
	2021	2020
Mudanças no valor justo	(148)	(148)
Risco cambial - SWAP Empréstimos		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(148)	(148)

20.4 Gerenciamento dos riscos financeiros. O Conselho de Administração da Equatorial Energia (Controladora da Companhia), bem como de suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidade. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2020. (f) Risco de crédito. Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. A Administração acompanha a evolução do risco de crédito e reforça os direcionamentos estratégicos para pontuar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobrança enviadas para mitigar o risco de inadimplência. Assim sendo, anualmente é realizado o workshop de cobrança para alinhamento dos direcionamentos estratégicos de recuperação do caixa a receber. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas. Caixa e equivalente de caixa. A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R\$ 5.158 e

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Aplicações financeiras	CDI	27.596	30.850	31.663	32.476	30.036	29.223
Impacto no resultado do exercício				813	1.626	(813)	(1.626)

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Aplicações financeiras	CDI	88.227	98.629	101.229	103.830	96.028	93.428
Impacto no resultado do exercício				2.600	5.201	(2.600)	(5.201)
Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	11,79%	Taxa em 2021	25%	50%	-25%	-50%
Fonte: B3 e Santander.				4,42%	14,74%	17,69%	8,84%

(f) Risco ambiental. A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Condições, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando à preservação ambiental e ao respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental baseado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais stakeholders. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos: Licenciamento ambiental; Gestão de limpeza de faixa, podas e supressão de vegetação; Gestão de resíduos; Educação e conscientização ambiental; Gestão de requisitos legais; Gestão de recursos hídricos; e Normalização e controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos. No SGA, a Companhia e suas controladas possuem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os licenciadores/executoras de obra, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo o processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim a minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. 20.5 Gestão do capital. A política da Administração da Companhia e suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. 21. Demonstração dos fluxos de caixa: 21.1 Transações não envolvendo caixa. CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. As transações que não envolveram o uso

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Rubrica no balanço patrimonial em que está incluído	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em OFA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Valor contábil 31/12/2021		

R\$ 46.739, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.953 e R\$ 60.113 em 31 de dezembro de 2020). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating acima AA-, baseado nas agências de rating Fitch Ratings e Standard & Poors. A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão. (ii) Risco de liquidez. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse,